



Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2024

À Ministra da Igualdade Racial
Excelentíssima Sra Anielle Franco,

A formação do capitalismo no Brasil estratifica um país em que o processo de exploração econômica, da acumulação de capital e da apropriação dos meios de produção se deu a partir da colonização, escravização e racialização da força de trabalho apoiado em um modelo de produção e reprodução colonial e de superexploração, durante séculos. Portanto, aqui o racismo ganha dimensões estruturais, ligadas visceralmente à formação e ao modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Racismo esse que reverbera nos dias atuais, através da desigualdade social, econômica, ambiental e sanitária em nosso país. Como exemplo, na pandemia do Coronavírus (COVID-19) a cada 100 mil habitantes, a taxa de mortalidade foi de 172 pessoas entre as pessoas negras e 115 entre brancos. Mesma desigualdade podemos extrair dos números do desemprego no Brasil, no qual 72,9% das pessoas desempregadas são negras ou, ainda, das estatísticas que apontam que a cada cinco pessoas resgatadas do trabalho escravo, quatro são negras.

A expansão capitalista nos centros urbanos impôs a remoção de comunidades, privatização da água e saneamento básico, fragilizando as famílias pobres, somado aos processos de gentrificação e de negação sistemática do direito à cidade, entretenimento e à cultura para as pessoas negras. A guerra às drogas impulsiona, na realidade, a guerra à população pobre e negra, encarcerando jovens negros em massa, desembocando o aumento da letalidade policial e da violência em um verdadeiro genocídio negro no Brasil. É o nosso povo que morre na fila de espera do SUS, são nossas favelas que sofrem com as operações policiais violentas e são as mulheres negras que encabeçam as estatísticas de feminicídio. Estamos ainda sem pleno acesso à assistência social, terra, moradia e ainda sofrendo com a perseguição das nossas religiões de matrizes africanas. Nós negros e negras ainda somos alvos de um sistema tributário que beneficia os mais ricos e brancos e penaliza a classe trabalhadora e negra por meio da tributação indireta, das movimentações de ajustes fiscais e da retirada de direitos individuais e sociais.

Diante deste contexto, é fundamental pensarmos em um conjunto de políticas públicas para fazermos uma reparação histórica com a população negra no Brasil, que aponte caminhos para a construção de um país antirracista e mais igualitário. Atualmente, observamos esforços de instituições como o Banco Mundial, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no sentido de retirar a radicalidade da luta por reparações. No entanto, não queremos a mitigação de nossos problemas, pela via de um "neoliberalismo progressista" que nada mais faz que cooptar e se apropriar de bandeiras históricas do movimento negro. A luta por

reparações é um movimento que busca o fortalecimento de nossas comunidades negras, superando as armadilhas do neoliberalismo, as políticas de ajuste fiscal, o desemprego e a dependência dos EUA e de seus representantes. A reparação é, portanto, uma política que passa por romper os laços de dependência de nosso país do capital financeiro e dos EUA; afirmado a soberania nacional e direcionando investimentos públicos no sentido de promover a reparação da comunidade negra. Nós primeiros, sem dinheiro pra banqueiro!

Para isso precisamos avançar em eixos centrais para a melhoria das condições de vida da negritude no país:

- Elaborar políticas públicas voltadas à geração de empregos e renda, para que a negritude, enquanto classe trabalhadora, esteja na centralidade das políticas econômicas do Governo. Saudamos e nos somamos aos movimentos sociais que hoje estão defendendo reparação para o povo negro na Reforma Tributária, que onere os mais ricos e promova mais distribuição de renda através de programas e investimentos estatais, de modo que qualquer ajuste fiscal combata os privilégios e não ataque os programas sociais que são essenciais em nosso país, sendo necessária a construção e implementação do fundo nacional de reparação.
- Aumentar a fiscalização e o combate ao trabalho escravo e fortalecer políticas de combate à fome e também combater a escala 6x1.
- Aprofundamento de ações afirmativas da população negra, por meio do fortalecimento e cumprimento da lei de cotas, fortalecendo o acesso e a promoção cultural e da liberdade religiosa, assim como por meio da Juventude Negra Viva! e de outras políticas de afirmação e acesso a espaços e a direitos da população negra.
- Enfrentamento do encarceramento em massa e da violência e letalidade contra a população negra; revisão da política da “guerra às drogas”, revisão do modelo de militarização dos territórios e da polícia, bem como ações amplas de combate ao racismo indireto e direto. Defendemos uma nova política de drogas que regulamente e descriminalize o consumo, bem como fortaleça a política de saúde mental e o fim das comunidades terapêuticas, que vão na contramão dos princípios do cuidado em liberdade preconizado pelo movimento da reforma psiquiátrica no Brasil.
- Justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes - Queremos a tramitação até o trânsito em julgado de todos os processos envolvendo os executores e mandantes. Que se tenha um combate à violência política de gênero e de raça. Fortalecimento das políticas públicas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
- Na perspectiva da construção de memória e valorização da resistência negra, garantir Palmares como a capital do país no 20 de novembro.
- Combater o racismo ambiental, promovendo políticas de reorganização das cidades com centralidade nas pessoas negras e no meio ambiente, considerando ainda a promoção de direitos e reconhecimento de territórios de populações tradicionais e ribeirinhas.